

“Primavera das Mulheres”: uma análise da cobertura das revistas *Época* e *IstoÉ* acerca das manifestações das mulheres por direitos¹

Láís Cristine Ferreira CARDOSO²

Nataly de Queiroz LIMA³

Heitor Costa Lima da ROCHA⁴

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

Este artigo visa analisar como a movimentação das mulheres brasileiras em novembro de 2015, conhecida como *Primavera das Mulheres*, foi abordada pelas revistas nacionais *Época* e *IstoÉ*. As manifestações aconteceram em um cenário emblemático, no qual estava em tramitação o PL nº 5069/2013, que dificultava o atendimento as mulheres vítimas de estupro e do direito ao aborto legal. Especificamente, o estudo desenvolvido focou a cobertura de temas geralmente criminalizados pela mídia, como movimentos sociais e direitos reprodutivos, evidenciado que as revistas abordaram a temática do aborto de maneira não criminalizadora, porém sem caracterizá-lo como questão de saúde pública. Além disso, romperam com a forma tradicional de enquadrar os protestos de rua, caracterizando a mobilização de mulheres de forma positiva. Entretanto, a defesa dos direitos das mulheres não permaneceu em outras edições.

Palavras-chave: jornalismo; mulher; direitos reprodutivos; manifestação

Em novembro 2015, milhares de mulheres ocuparam as ruas das principais capitais do Brasil em atos de protesto contra o Projeto de Lei nº 5069 de 2013, de autoria do deputado federal Eduardo Cunha, o qual dificultava o acesso à profilaxia e ao aborto legal para mulheres vítimas de estupro. Tal PL é um retrocesso em direitos já conquistados, visto que obriga a comprovação da violência sexual, mediante apresentação de boletim de ocorrência e laudo do Instituto Médico Legal, para só então as mulheres violentadas receberem assistência médica e, por ventura, poderem optar pela a realização da interrupção da gravidez. O projeto também prevê a punição do profissional de saúde que receitar a contracepção de emergência, conhecida como pílula do dia seguinte, e que informar às

¹ Trabalho apresentado ao GP Comunicação para a Cidadania, do DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 05 a 09 de setembro de 2016.

² Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Especialista em Direitos Humanos pela Unicap. E-mail: lais.ferreira@gmail.com.

³ Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora das Faculdades Integradas Barros Melo (FIBAM/AESO). E-mail: queiroz.nataly@gmail.com

⁴ Orientador do trabalho. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: hclrocha@gmail.com

pacientes sobre as modalidades de abortamento legal previstas em lei - estupro, risco de morte da gestante e anencefalia.

Os protestos ganharam corpo e passaram a vocalizar reivindicações pela igualdade de gênero e luta por direitos, em um movimento conhecido como Primavera das Mulheres, em alusão a Primavera Árabe⁵, tornando-se tema de reportagens, estampando capas de jornal e movimentando as redes sociais virtuais. As manifestações foram assim caracterizadas no editorial do jornal El País:

Em outras nações as mulheres lutam por salários iguais, por paridade nos conselhos de administração, por leis que permitam conciliar o trabalho com a vida familiar. No Brasil, também. Mas, além disso, brigam hoje, nesta primavera brasileira, para não retrocederem em suas conquistas e, sobretudo, pelo direito de poder ir à rua (num ônibus ou no metrô) sem que ninguém as assedie ou insulte ou lhes falte com o respeito: para que as meninas de hoje não sofram os mesmos maus-tratos que sofreram e sofrem suas avós, suas mães e irmãs mais velhas. (EL PAÍS, 12/11/2015).

Diante da importância da manifestação e da visibilidade alcançada na mídia tradicional, este artigo se propõe a analisar como a movimentação das mulheres brasileiras foi abordada pelas revistas nacionais *Época* e *IstoÉ*, as quais dedicaram capas e especiais sobre o assunto. Mais especificamente, se pretende observar as fontes e personagens escutados; quais temas são apresentados como propulsores das manifestações; qual a abordagem emprestada para discutir a violência sexual contra a mulher e o aborto.

De acordo com Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2014, aconteceram pelo menos 47.646 estupros no Brasil. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), no mesmo ano, lançou uma radiografia da violência sexual no país, a partir das informações disponíveis no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde, e identificou que apenas 10% dos casos são registrados. Das milhares de pessoas violentadas, 89% são mulheres e 70% das ocorrências envolviam crianças e adolescentes, das quais metade já havia sofrido algum abuso anterior.⁶ Diante da gravidade do tema, se faz necessário discutir o assunto de maneira ampla e plural, com participação dos veículos de comunicação, responsáveis por levar informações para um grande número de pessoas.

⁵ Onda de protestos e revoluções ocorridas no Oriente Médio e norte da África, entre o fim de 2010 e em 2011, em que a população foi às ruas para derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições de vida.

⁶ Dados disponíveis em < <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/estupro-no-brasil-uma-radiografia-segundo-os-dados-da-saude-ipea-2014/> > Acessado em 16 mai 2016, as 22h12

Jornalismo e relações de gênero: teias por tecer

Em sociedades plurais e desiguais como a brasileira, o Jornalismo tem relevante papel político por ser um dos principais elos entre os diversos segmentos sociais, na medida em que destaca os principais temas da agenda pública, influenciando, sobremaneira, na manutenção de poderes vigentes ou no seu questionamento. É fato que o jornalismo é um campo simbólico permeado por uma série de atores e instituições, onde existe uma intensa disputa de poderes, as quais se materializam por meio dos sentidos presentes nas abordagens jornalísticas dos diversos temas, também em embate, para entrar nas agendas midiática e pública.

Os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e comunicação só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. (...) Os símbolos são instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”. (BOURDIEU, 1989, p. 9-10)

Dessa maneira, os veículos de comunicação são peça fundamental no engendramento da pauta do debate público, tendo parcela de responsabilidade na elevação de determinada questão às galerias da esfera pública. De acordo com Habermas (1997), essa pode ser entendida como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HEBRMAS, 1997, p. 92). Essa esfera faz parte da constituição das sociedades e é a dimensão na qual os assuntos públicos são abordados pelos atores públicos e privados. É nesse espaço em que se constitui a opinião pública, sendo essa entendida como considerações de parte da população a respeito de questões relacionadas ao estado, à sociedade e a outros temas de cunho público.

A opinião pública é, muitas vezes, revelada por meio de iniciativas privadas e, principalmente, pelos veículos de comunicação: esses são ponto crucial nesse processo e desempenham tanto a função de alimentação da opinião pública, pautando suas discussões e determinando as questões mais relevantes, como a função de propagador dessa mesma opinião. Para Habermas (1984), a esfera pública passou a ser o lugar de conflito entre

diferentes grupos de interesse que procuram a mídia para manipular a audiência, isto é, o público.

Diante da importância dos veículos de comunicação para a propagação de ideias e de sua influência na esfera pública, pode-se afirmar que a política editorial de um veículo de comunicação, suas estratégias de enunciação e a escolha de publicizar determinados discursos/fontes em detrimento de outros/as, impactam diretamente no discurso proferido pelo jornal sobre determinado tema e, conseqüentemente e mais importante, influenciam na maneira como esse será recebido e interpretado pela opinião pública. Isso recai, inclusive, sobre os assuntos não abordados pela mídia: ao não pautar determinada questão ou ao abordá-la de maneira superficial, evidenciando apenas um lado do fato, os veículos de comunicação acabam por contribuir para uma não discussão ou para uma interpretação equivocada do tema na esfera pública.

Um assunto que costumeiramente é silenciado ou abordado de maneira tendenciosa, não plural, diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos. Na maioria dos casos, são abordados de forma superficial e sob a ótica religiosa, como afirmam Débora Diniz e Ana Paula Damasceno em relação ao aborto:

(...) de forma geral, o tema é desviado do campo da saúde e dos direitos reprodutivos das mulheres e passa a ser considerado uma questão religiosa e/ou político-partidária. (...) os formadores de opinião, representados, nesse caso, pelos profissionais da mídia impressa no Brasil, estão mais preocupados em situar o debate sobre o aborto no terreno da moralidade religiosa e da política nacional do que em analisá-lo como um tema de saúde pública (DINIZ; DAMASCENO, 2001, p. 1)

A interrupção da gravidez é, na maioria dos casos, abordada sob a capa da ilegalidade e conseqüente criminalização das mulheres que a praticam, dificultando o debate público acerca do tema, haja vista que a construção do conhecimento público é mediada pela mídia e essa é, portanto, ferramenta atuante na formação da opinião pública.

Esse controle dos discursos por parte dos jornais em relação à temática do aborto se classifica naquilo que Michel Foucault (1996) chama de sistema de exclusão. Segundo ele, há três tipos de interdição: 1) o tabu do objeto que diz respeito, basicamente, a sexualidade e a política; 2) ritual da circunstância, onde determinados temas só devem ser proferidos em circunstâncias específicas; e 3) o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: uma ligação estabelecida sobre as fontes mais “confiáveis” para abordar determinados assuntos,

centralizando vozes e unificando discursos. Falar de discurso é abordar as relações de poder de uma determinada sociedade, bem como do cotidiano que mantém normas e valores:

(...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2000, p.8).

Uma outra pauta costumeiramente criminalizada pelos veículos de comunicação diz respeito aos movimentos sociais e protestos de rua. Ao realizar sobre movimentos sociais em geral, os veículos de comunicação tradicionais, com raras exceções, o fazem de forma superficial e sob a ótica da criminalização, o que tende a forçar a opinião pública a ser contrário a tais movimentos. Para o pesquisador Leopoldo Volanin (2007), os movimentos sociais no Brasil sempre foram alvo de críticas pela grande mídia. “Os meios de comunicação de massa, sob o domínio das classes dominantes, transmitem com sua força de opressão ideológica à sociedade que as organizações sociais são movimentos que desagregam o sistema social, político e econômico do país” (VOLANIN, 2007, p.2).

Ainda segundo Volanin, os meios de comunicação dificilmente concederão espaço para a expressão ou a constituição de interesses que ameacem as estruturas básicas do capitalismo, tendo em vista que atuam de acordo com a lógica do mercado e visam o lucro. Dessa maneira, as elites políticas e econômicas utilizam os meios de comunicação para difundir sua ideologia na tentativa de disseminá-la como conjunto de ideias consensuais para todos os indivíduos.

Pretende com isso ganhar o apoio, principalmente de setores da classe média, utilizando os meios de comunicação procurando incriminar os movimentos sociais e seus líderes. A sociedade acaba por se convencer e levar em consideração que o ato de lutar por um direito torna-se um crime contra a ordem social (VOLANIN, 2007, p.14).

Entretanto, a *Primavera das Mulheres*, objeto de estudo desse artigo, foi pautada por alguns veículos da mídia, ganhando destaque nas revistas *Época* e *IstoÉ*. Todavia, aparecer na pauta midiática por si só não é garantia de um discurso plural e de disseminação e empoderamento desses movimentos, em um contexto no qual publicize suas ideias e torne compreensíveis seus desejos. Dessa maneira, se faz necessário analisar de que maneira essas duas revistas abordaram as questões elencadas pelo movimento? Houve criminalização da manifestação? Os veículos abordaram as reivindicações de maneira a contribuir para o debate público sobre a temática de gênero, em especial sobre os direitos reprodutivos das mulheres?

Uma análise da *Primavera das Mulheres*

A presente pesquisa tem como corpus as matérias sobre a *Primavera das Mulheres* veiculadas pelas revistas *Época*, na edição nº 909, e *IstoÉ*, na edição de número 2397. A primeira revista, de periodicidade semanal, é de propriedade da Editora Globo, integrante do Grupo Globo, e possui uma circulação média de aproximadamente 390 mil exemplares⁷. Tem como descrição em sua página da rede social Facebook⁸ “ÉPOCA - conteúdo que transforma”, e em seu perfil no iTunes⁹ se descreve como uma revista que “te informa, te ajuda a entender e abre espaço para você opinar sobre os acontecimentos do Brasil e do mundo. Semanalmente você receberá nesse aplicativo uma edição da revista que fiscaliza o poder e conta a história por trás dos fatos sem fugir da polêmica”¹⁰.

O semanário *IstoÉ* é publicado pela Editora Três, com uma circulação média de 322 mil exemplares, segundo dados da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER). Em sua página no Facebook é descrita como “a mais combativa revista semanal do Brasil”¹¹, e no site da editora é classificada como “um dos veículos mais influentes do País”¹².

Para explorar o corpus, este estudo terá como aporte metodológico a análise de conteúdo das coberturas jornalísticas acerca das manifestações das mulheres, publicadas nas revistas acima descritas. O método da pesquisa se vale da sua aplicação e da possibilidade de estabelecer uma leitura quali-quantitativa do material jornalístico.

Amplamente empregadas nos vários ramos das ciências sociais empíricas, a análise de conteúdo revela-se como um método de grande utilidade na pesquisa jornalística. Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramento e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações para identificar elementos típicos, exemplos representativos de discrepâncias e para comparar o produto jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (HERSCOVITZ, 2010, p. 123).

A análise do material será elaborada a partir das seguintes categorias: (a) fontes e

⁷ Últimos dados divulgados pela Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), e são referentes ao período de janeiro a setembro de 2014. Disponível em < <http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/> >, acesso em 22 mai 2016,

⁸ Disponível em < https://www.facebook.com/epoca/info/?tab=page_info > Acesso em 22 maio 2016

⁹ Programa desenvolvido pela Apple, que possibilita aos usuários do sistema operacional IOS reproduzir áudio e vídeo e comprar arquivos de mídia digital no formato gestão de gestor de direitos digitais FairPlay.

¹⁰ Disponível em < <https://itunes.apple.com/br/app/revista-epoca/id417238547?mt=8> >, acesso em 22 mai 2016

¹¹ Disponível em < https://www.facebook.com/revistaISTOE/info/?tab=page_info > acesso em 22 mai 2016,

¹² Disponível em < <http://editora3.com.br/istoe.php> > acesso em 22 mai 2016

personagens entrevistadas; (b) apresentação na matéria das motivações apresentadas para os atos; (c) a presença ou não dos temas da violência sexual e do aborto, bem como essas temáticas estão dispostas nas matérias; (d) houve criminalização, por parte dos veículos analisados, da temática do aborto; (e) destaque das manifestações nas edições analisadas.

Ao explorar o corpus, é possível destacar que a temática da Primavera das Mulheres ganhou destaque nas duas revistas, sendo matéria de capa dos semanários e ocupando várias páginas das publicações: um dossiê temático de 17 páginas, na *Época*, e uma reportagem de seis páginas, na *IstoÉ*. A temática também foi destaque no editorial da revista da Editora Globo. Entretanto, é possível traçar dois perfis de cobertura sobre as manifestações, que iremos abordar a seguir: uma cobertura informativa, com a presença de diversas personagens, na qual a figura da jornalista se apresenta como mediadora do discurso, cuja função é contar as histórias e dar voz as personagens; e a outra uma cobertura híbrida, de caráter informativo e testemunhal, onde é possível perceber constantes deslocamentos da figura das jornalistas, que ora atuam como mediadoras, relatando os fatos em terceira pessoa, ora se posicionam como personagens, relatando suas próprias experiências.

A revista *IstoÉ* abordou a temática dos direitos das mulheres sob a luz de falas de especialistas e de integrantes do movimento social. O texto aborda, de maneira direta, a principal motivação das manifestações e, em alguns trechos, discute suas implicações práticas na vida das mulheres. A narrativa, escrita pelas repórteres Camila Brandalise e Fabíola Perez, também agrega outras pautas de luta do movimento de mulheres, em especial o feminista. Assim, tem como mote a manifestação da Avenida Paulista¹³, que protesta, inicialmente, contra o projeto de lei de Eduardo Cunha e expande a discussão para um âmbito maior de luta pelos direitos civis.

Foi um movimento político, dirigido ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e seu infame projeto de lei que limita o acesso da mulher estuprada ao aborto – hoje garantido por lei – e a obriga a passar por uma delegacia. Mas o ato, que também aconteceu em outros estados do País e teve manifestantes de todas as idades, contemplava mais. Elas falaram sobre assédio sexual, racismo, intolerância, machismo. (BRANDALISE; PEREZ, 2016, p. 44)

A manifestação brasileira da *Primavera das Mulheres* é apresentada como um exemplo de luta dentro de um contexto de manifestações históricas sob o mesmo escopo: luta por direitos civis para as mulheres. Sob a forma de infográfico, a matéria apresenta uma

¹³ Manifestações das mulheres ocorreram em várias cidades brasileiras no período de 28 de outubro a 3 de novembro de 2015. Entretanto, o texto tem como gancho o protesto da Avenida Paulista e, na legenda de uma das fotos que ilustram a matéria, faz menção ao movimento em outras cidades.

linha do tempo de “ações que mudaram mentalidades, leis e até governos na luta por direitos e justiça” (BRANDALISE; PEREZ, 2016, p. 44). Assim, a manifestação de 2015 é narrada como um nó nessa rede de protestos¹⁴, conferindo-lhe importância política e histórica.

Além do infográfico, outros recursos auxiliam na elaboração da narrativa, a exemplo da ilustração que abre a reportagem: frases entoadas pelas mulheres durante a manifestação e que apontam o motivo dos protestos ganharam destaque em balões de fala, que remetem a voz das participantes. Juntamente com o desenho da mulher trabalhadora, usando um lenço na cabeça, arregaçando as mangas, mostrando um musculoso bíceps que, associado à frase *We can do it!*, tornou-se símbolo do movimento feminista os anos 80, e faz menção ao fato de que mulheres podem realizar atividades tradicionalmente convencionadas aos homens, desconstruindo a ideia de mulher como sexo frágil. Vale destacar que a ilustração da revista colocou uma mulher negra em substituição a mulher branca do cartaz original, o que faz uma menção ao protagonismo das mulheres negras na luta por direitos, citado na matéria.

A começar pela ilustração, é possível perceber o protagonismo feminino, que se reflete na presença de mulheres como únicas fontes e personagens da matéria. O texto é embasado em posicionamentos de especialistas nas questões relacionadas aos direitos das mulheres, incluindo historiadoras, professoras universitárias, representante do Ministério Público e profissionais e estudantes que trabalham ou que estão envolvidas em organizações sociais feministas, e traz personagens importantes na luta pelos direitos femininos, tais como Judith Butler, Maria da Penha, Chimamanda Adichie e Malala Yousafzai. Apesar do espaço dado a voz feminina, vale destacar a ausência de falas de mulheres que participaram das manifestações e que não são ligadas a nenhuma organização feminista e não são especialistas nas questões de gênero.

No que concerne aos temas violência sexual e aborto, é possível observar a apresentação dessas temáticas de maneira não criminalizadora. A interrupção da gravidez aparece em destaque em uma foto de protesto no Recife e é abordada na narrativa sob o gancho do PL 5069/2013, juntamente com a questão da violência sexual. Entretanto, o texto não aborda outras questões relacionadas à violência sexual, como a insegurança e os altos números de estupros, nem a legalização do aborto sem ser em casos de violência, isto é,

¹⁴ A matéria elenca manifestações históricas, como “Suffragettes no Reino Unido”, em 1903, e as “Sufragistas brasileiras”, em 1922, que lutavam pelo direito ao voto feminino. O infográfico também elenca o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, que desconstrói a ideia de identidade de gênero e influenciou movimentos americanos e europeus nas décadas de 1960 e 1970; as manifestações das brasileiras que aderiram à luta armada contra a ditadura militar; e o Conselho Nacional dos direitos das Mulheres, militância pra incluir os direitos das mulheres na Constituição de 1988.

interrupção da gravidez como um direito de escolha da mulher.

No dia 21 de outubro, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados o PL 5069/2013, de autoria do presidente da casa, Eduardo Cunha, que dificulta o caminho da vítima de violência sexual que procura o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). “É a normatização do tratamento desumanizado e discriminatório contra a mulher”, diz Silvia Chakian de Toledo Santos, coordenadora do Grupo Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Ministério Público de São Paulo. O projeto, explica, exige que a mulher faça exame de corpo de delito para que seja comprovado que ela foi vítima de violência sexual e, com isso, tenha acesso ao medicamento. “Quem trabalha na área sabe que nem todas as violências deixam vestígios que possam ser comprovados com laudos”, diz Silvia. Além disso, o documento cria uma condicionante pela qual, para ter acesso ao sistema de saúde, a mulher deve acionar o sistema da Justiça Criminal antes. “É inaceitável já que nem toda mulher suporta a dor de denunciar seu agressor. Muitos abusos ocorrem dentro de casa e o ônus do processo criminal seria um fardo.” (...) O PL segue agora para votação no Plenário da Câmara, mas não sem protestos. (BRANDALISE; PEREZ, 2016, p. 45)

Em uma visão geral, é possível classificar a abordagem da revista como positiva quanto a importância dos direitos civis das mulheres e da igualdade de gênero. A narrativa é construída sob posicionamentos de mulheres da sociedade, incluindo a temática de raça.

No tocante a reportagem da revista *Época*, que abordou o assunto em seu editorial, é possível perceber uma abordagem acerca do movimento de luta pelos direitos das mulheres. O dossiê publicado pela revista é formado por uma reportagem central, escrita pelas jornalistas Cristina Grillo, Grazielle Oliveira e Marcela Buscato, e por “três artigos de jornalistas de destaque da Editora Globo Condé Nast” (LIMA, 2016, p. 20).

A matéria principal¹⁵, intitulada *A Primavera das Mulheres*, tem como mote o movimento de mulheres que luta por direitos, igualdade de gênero e uma sociedade mais justa e segura para as mulheres. Os protestos de rua contra o PL proposto por Eduardo Cunha são apresentados como um ponto desse movimento, descrito na matéria como “movimento político mais importante na atualidade” (GRILLO; OLIVEIRA; BUSCATO, 2016, p. 66).

A narrativa é elaborada a partir de depoimentos de ativistas do movimento, especialistas sobre direitos das mulheres, como uma antropóloga e uma historiadora, e traz fatos para embasar as falas, tais como as mensagens de teor sexual dirigidas a uma participante de um reality show de culinária, de apenas 12 anos, fato também citado na

¹⁵ A revista *Época* utiliza o termo Primavera das Mulheres, como foi caracterizado o movimento, na capa e em sua reportagem principal. Já a matéria da revista *IstoÉ* não faz menção a essa nomenclatura.

reportagem da IstoÉ, e falas de mulheres que criaram coletivos para levar informações sobre feminismo. As personagens e fontes são exclusivamente mulheres, e algumas também aparecem na matéria da revista IstoÉ: a historiadora Margareth Rago, a jornalista Juliana Faria, criadora do site Think Olga, e a atriz Taís Araújo, vítima de racismo nas redes sociais.

Além do texto principal, outras três artigos compõem o dossiê, sendo dois deles destinados a abordar as temáticas do aborto e do assédio sofrido pelas mulheres, uma das categorias de análise deste trabalho. No artigo *Meu primeiro assédio*, a jornalista Marina Caruso descreve situação de violência sexual que sofreu na adolescência, demonstrando que os assédios às mulheres podem acontecer em qualquer lugar, inclusive no ambiente escolar. Entretanto, apesar do relato que demonstra a realidade de várias brasileiras, quando o agressor é alguém próximo a vítima, é possível perceber o juízo de valor da repórter em relação ao assédio em forma de cantada, fato que é considerado por muitas mulheres como constrangedor.

Diferentemente das minhas amigas, não me incomodava com fiu-fius. Pelo contrário, gostava deles e quando podia (...) fazia de tudo para provocá-los com as roupas justas do balé. Parece estranho contar isso hoje, quando parte das mulheres trata até galanteios educados como se fossem assédio. (CARUSO, 2016, p. 78)

Já o artigo intitulado *O triunfo da informação – ainda que tardia*, da jornalista Cristina Segatto, aborda a questão do aborto, cujo mote é o projeto de lei do deputado Eduardo Cunha, motivação que levou milhares de mulheres às ruas em 2015. Ao longo da narrativa, a repórter especial de *Época* traz dados e questões que discutem a legalização da interrupção da gravidez e seu impacto na vida das mulheres.

A razão da taxa de aborto cair com a legalização é simples. Com ou sem lei, as mulheres interrompem gestações indesejadas. Quando o aborto é legalizado, a facilidade de acesso aos serviços de saúde permite que as pacientes sejam educadas corretamente sobre os métodos contraceptivos e recebam esses recursos gratuitamente. É o que faz a diferença. (SEGATTO, 2015, p. 76).

A não criminalização da interrupção da gravidez também é abordada no editorial da revista, intitulado *As mulheres contra o que é cruel e desumano*. Escrito pelo diretor de redação João Gabriel de Lima, o texto elenca alguns avanços conquistados pelas mulheres em função do feminismo e aborda, de maneira direta, o aborto.

O Brasil é um país que se recusa a encarar a interrupção da gravidez como

um tema de saúde pública, como ocorre em nações mais desenvolvidas. O Brasil é também um país onde uma mulher morre a cada dois dias vítima de aborto em más condições. Tal projeto pode agravar ainda mais essa situação. (LIMA, 2016, p. 20)

Apesar de serem elaboradas por meios de comunicação diferentes, as narrativas aqui analisadas convergem no tocante a abordagem que engloba várias questões relacionadas aos direitos das mulheres e a crescente mobilização nas redes sociais. Ambas fizeram menção, já em seus subtítulos, do avanço das lutas feministas também no ambiente virtual: “A voz feminina se impõe nas ruas e nas redes sociais e se torna protagonista na luta pelos direitos civis, pelo fim do assédio, da intolerância e até pela cassação do deputado Eduardo Cunha” (BRANDALISE; PEREZ, 2016, p. 41) e “As mulheres tomam as ruas e as redes sociais e criam um movimento que agita o país” (ÉPOCA, 2016, Capa).

O movimento de mulheres tem utilizado as mídias digitais como plataforma de proliferação de suas lutas, funcionando, inclusive, como estratégias de quebrar o bloqueio das pautas feministas nos veículos de comunicação tradicionais, na maioria dos casos. “Sem dúvida, na era digital, as possibilidades de intervenção feminista encontram uma ressonância ainda mais potente” (VIEIRA, 2012, p. 13).

Segundo Vieira, as mídias digitais trazem a perspectiva de novas dinâmicas de representação da mulher. Na era da informação e da comunicação, o complexo midiático está determinando uma nova sociedade, em todos os seus aspectos, vislumbrando, não só para as mulheres, novas esferas públicas que podem resultar no exercício cotidiano da cidadania. “Ou as mulheres, por intermédio da educação de gênero, embarcam no mar de possibilidades existentes com essa nova realidade ou vão ficar a ver navios...” (VIEIRA, 2007, p. 41-42).

Considerações finais

O feminismo, enquanto ação política e pensamento crítico, visa a igualdade de gênero e a retirada das mulheres da condição de sujeição ao domínio masculino patriarcal. Entre outras bandeiras, está a democratização da vida cotidiana, a ampliação dos lugares de interlocução na esfera pública e o reconhecimento do lugar das mulheres na história (VELOSO, 2011).

Desde sua efervescência nos anos de 1970 e 1980, o movimento foi agente propulsor de algumas ações que transformaram a sociedade, na tentativa de inscrever as

mulheres como sujeito político de sua própria história. Esse legado feminista vem sendo reafirmando pela mobilização de mulheres nas ruas que retomam pautas da década de setenta, tais como meu corpo, minhas regras, entre outros jargões.

Essa mobilização feminina, a exemplo da Marcha das Vadias, que acontece todos os anos, desde 2011, em várias cidades brasileiras e em outros países, demonstra a insatisfação social com a violência de gênero, com a ausência de autonomia feminina e com o desrespeito aos direitos humanos das mulheres. O sentimento de luta por direitos não está mais restrito ao movimento feminista, mas se disseminou por uma geração de mulheres que vão às ruas, com vozes e corpos como instrumento de luta política.

Diante do crescimento dessas manifestações e da pressão popular, face ao contexto de retrocessos sociais no campo dos direitos humanos, as mobilizações de mulheres passaram a exercer pressão cada vez maior na esfera pública, deixando de serem vistas como ações pontuais e adquirindo o status de luta por direitos. Em consonância com esse crescimento, passaram a figurar como pauta nos veículos de comunicação.

No que concerne ao objeto desse estudo, a Primavera das Mulheres, enquanto mobilização massiva em várias cidades, ganhou espaço nas revistas *Época* e *IstoÉ*, aqui analisadas. Entretanto, vale resaltar que isso se deu a partir da pressão exercida pelas manifestações nos grandes centros urbanos, em especial no eixo sul-sudeste, que acabam por pautar veículos de abrangência nacional, como o caso dos periódicos estudados.

Após análise do corpus, é possível perceber que a cobertura realizada pelos semanários aqui estudados retratou a Primavera das Mulheres de maneira positiva, elencando o crescimento do movimento e algumas bandeiras de reivindicação das manifestantes. Apesar dos estilos diferentes de cobertura, já citados nesse estudo, é possível traçar um perfil da abordagem realizada pelos periódicos: fontes compostas por mulheres que participam do movimento feminista, em sua maioria brancas e de classe média, além de pesquisadoras e especialistas. Entretanto, as mulheres que não atuam diretamente no movimento mas que estiveram nas manifestações não são representadas nas matérias. Assim, o protagonismo feminino também é segmentado.

Quanto a temática da interrupção da gravidez, a mesma perpassa as matérias, entretanto só é caracterizada de maneira explícita como questão de saúde pública, como reivindicam as manifestantes, apenas no editorial da revista *Época*. Assim, o/a leitor/a que se interessa pelo semanário apenas no intuito de ler a matéria e, conseqüentemente, não se atenta a ler o editorial, se deparará com um texto não criminalizador sobre o aborto porém

sem caracterizá-lo em uma perspectiva de saúde pública.

No que se refere a temática da cobertura de movimentos sociais, podemos afirmar que as duas revistas aqui analisadas romperam, de maneira pontual, com a memória discursiva acerca dos protestos, não criminalizando as ações e exaltando seu caráter político e social.

Ao compararmos a cobertura dos dois periódicos, é possível perceber certa diferença no tocante ao aprofundamento do tema: a revista *Época* realizou cobertura mais superficial, quando comparada a cobertura da *IstoÉ*. Apesar de contar com um número maior de páginas, ter mais articulistas e um formato mais diversificado, com a presença de artigos de opinião, o periódico abordou a temática, em grande parte, sobre um viés das próprias jornalistas. Mesmo com a presença das fontes, cuja maioria é a mesma utilizada na revista *IstoÉ*, essas são retratadas de maneira superficial, ocasionando a não vocalização dos discursos das mulheres das ruas. Isso pode ser percebido, inclusive, a partir das imagens que ilustram as matérias: na revista da editora Globo as fotos são produzidas em estúdio, com as personagens de braços cruzados, deslocadas de seu ambiente de luta. Já na revista *IstoÉ*, há imagens das mulheres nos protestos, o que confere legitimidade as participantes do movimento.

É de suma importância que veículos de comunicação abordem os movimentos sociais, em especial suas reivindicações, de maneira a contribuir com o debate público acerca dos temas. No caso específico da Primavera das Mulheres, as revistas aqui analisadas contribuíram para a discussão da temática de igualdade de gênero e respeito às mulheres, entretanto é necessário que se faça de maneira contínua e não pontual. Em referência a revista *IstoÉ*, por exemplo, o semanário destacou o movimento de mulheres e o respeito a seus direitos, perpassando, de forma subentendida, o combate ao machismo e à discriminação das mulheres; entretanto, na edição de nº 2417, de 06 de abril de 2016, a revista traz na capa a presidenta Dilma Rousseff, sob a manchete *As explosões nervosa da presidente Dilma Rousseff*, caracterizando-a como uma pessoa em “surto de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si”¹⁶ e sem “condições emocionais para conduzir o país”¹⁷ (*ISTOÉ*, 06/04/2016). Independente de afinidade política, destacamos que o tratamento dispensado pela revista à presidente Dilma reforça uma visão deturpada e machista de que mulheres são emocionalmente instáveis e, portanto, incapazes de exercer funções importantes, haja vista serem suscetíveis a crises nervosas.

¹⁶ Disponível em < <http://istoe.com.br/edicoes/> > Acesso em 12 jul 2016.

¹⁷ Disponível em < <http://istoe.com.br/edicoes/> > Acesso em 12 jul 2016.

Assim, essa narrativa vai de encontro ao discurso da mesma revista sobre a Primavera das Mulheres, na qual aborda a luta pela igualdade entre os gêneros e o combate a discriminação contra as mulheres. É preciso que os meios de comunicação atuem de maneira contínua na defesa das questões sociais, pautando-as de maneira plural e construtiva para o debate público.

Referências bibliográficas

BRANDALISE, Camila; PEREZ, Fabíola. O grito das mulheres. **Revista IstoÉ**. São Paulo, ed.2397, ano 38, 11 nov 2015, p. 40-45

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARUSO, Marina. Meu primeiro assédio. **Revista Época**. São Paulo, n.909, 09 nov 2015, p. 78-79

DINIZ, Débora e DAMASCENO, Ana Paula. Mulheres, mídia e aborto. *In.*: **SérieAnis 20**, Brasília, Letras Livres, maio 2001, p. 1-8. Disponível em < <http://www.anis.org.br/biblioteca/2014-11/sa20dinizdamascenomidiaabortopdf.pdf> > Acesso em 19 mai 2016, as 19h20.

FALCÃO, Daniela. As poderosas chefinhas. **Revista Época**. São Paulo, n.909, 09 nov 2015, p. 74-75

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000

GARCIA, Sérgio. “O feminismo está na moda. Virou pop”. **Revista Época**. São Paulo, n.909, 09 nov 2015, p. 80-82

GRILLO, Cristina; OLIVEIRA, Grazielle; BUSCATO, Marcela. A Primavera das Mulheres: as mulheres tomam as ruas e as redes sociais e criam um movimento que agita o país. **Revista Época**. São Paulo, n.909, 09 nov 2015, p. 66-73

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. II, 1997.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo**. *In.*: BENETTI, Marcia; LAGO, Claudia (Org). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petropolis: Vozes, 2010. p. 123 – 142.

LIMA, João. As mulheres contra o que é cruel e desumano. **Revista Época**. São Paulo, n. 909, 09 nov 2015, p. 20.

PRIMAVERA feminista no Brasil. *In.*: **El País**. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html> Acesso em 12 jul 2016

SEGATTO, Cristiane. O triunfo da informação – ainda que tardia. **Revista Época**. São Paulo, n.909, 09 nov 2015, p. 76-77

VELOSO, Ana; REBOUÇAS, Edgar. As políticas e estratégias do feminismo brasileiro junto aos meios de comunicação no Brasil em tempos de Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM). *In.*: **Revista de Estudios para el Desarrollo Social de La Comunicación** – Redes.Com, n.6, 2011. Disponível em <<http://revista-redes.hospedagemdesites.ws/index.php/revista-redes/article/view/178/177>> Acesso em 30 mai 2016.

VIEIRA, Vera. Os impacts das mídias antigas e novas. *In.*: PLOU, Dafne; VIEIRA, vera. **Mulher e tecnologias: a virtualidade como espaço transformado** r das relações de gênero. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2007, p. 37-42.

_____. **Comunicação e feminismo: as possibilidades da era digital**. 234f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-22052013-163040/pt-br.php>> Acesso em 18 jul 2013, às 12h15.

VOLANIN, Leopoldo. Poder e mídia: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas. *In.*: **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. V.1. 2007. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2007_unicentro_hist_artigo_leopoldo_volanin.pdf> Acesso em 18 mai 2016, as 20h04.